


**FEMININO E FEMINISMO: PROTAGONISMO E AUTONOMIA**

**FEMININE AND FEMINISM: PROTAGONISM AND AUTONOMY**

**FEMINISMO Y FEMINISMO: PROTAGONISMO Y AUTONOMÍA**

 <https://doi.org/10.56238/arev7n9-028>

**Data de submissão:** 05/08/2025

**Data de publicação:** 05/09/2025

**Luciane Benites Hersing**

Mestra em Diversidade Cultural e Inclusão Social  
Instituição: Universidade Feevale - Novo Hamburgo  
E-mail: [bhersing@gmail.com](mailto:bhersing@gmail.com)  
Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8196-7421>

**Débora Nice Ferrari Barbosa**

Doutora em Ciência da Computação  
Instituição: Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Universidade Feevale -  
Novo Hamburgo  
E-mail: [deboranice@feevale.br](mailto:deboranice@feevale.br)  
Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8107-8675>

**Margarete Fagundes Nunes**

Doutora em Antropologia Social  
Instituição: Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Universidade LaSalle - Canoas  
E-mail: [nunes.margarete@gmail.com](mailto:nunes.margarete@gmail.com)  
Orcid: <https://orcid.org/my-orcid?orcid=0000-0003-2567-7643>

**Cintia Lautert**

Mestre em Tecnologias Digitais na Educação  
Instituição: Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) - Porto Alegre  
E-mail: [cintialautert2@gmail.com](mailto:cintialautert2@gmail.com)  
Orcid: <https://orcid.org/0009-0003-7819-0967>

---

**RESUMO**

O presente artigo apresenta uma revisão sistemática de literatura sobre as representações do feminino e sobre a origem do feminismo, propiciando uma reflexão teórica sobre estes termos. Dialoga sobre a representação do feminino no contexto histórico e social. O artigo desenvolveu-se sob a óptica de uma análise exploratória documental e descritiva sobre a representação do corpo, do espaço da mulher e das lutas para efetivação da igualdade cidadã. Diante da análise, foi possível constatar que a representação do corpo perpassa questões culturais que se modificam de acordo com as organizações sociais e com os interesses tanto políticos quanto religiosos. Sendo assim, a abordagem dos movimentos feministas nos contextos escolares proporciona possibilidades de protagonismo e de autonomia das estudantes, desenvolvendo sua cidadania na sociedade atual.

**Palavras-chave:** Feminino. Feminismo. Protagonismo.

### **ABSTRACT**

This article presents a systematic review of the literature on the representations of the feminine and the origin of feminism, providing a theoretical reflection on these terms. Dialogues on the representation of the feminine in the historical and social context. The article was developed from the perspective of an exploratory documentary and descriptive analysis on the representation of the body, the space of women and the struggles for the realization of citizen equality. In view of the analysis, it was possible to verify that the representation of the body permeates cultural issues that change according to social organizations and interests, both political and religious, thus, the approach of feminist movements in school contexts provides possibilities of protagonism and autonomy for students, developing their citizenship in today's society.

**Keywords:** Feminine. Feminism. Protagonism.

### **RESUMEN**

Este artículo presenta una revisión sistemática de la literatura sobre las representaciones de lo femenino y los orígenes del feminismo, ofreciendo una reflexión teórica sobre estos términos. Se aborda la representación de lo femenino en su contexto histórico y social. El artículo se desarrolló desde la perspectiva de un análisis exploratorio, documental y descriptivo de la representación del cuerpo, el espacio de las mujeres y las luchas por la igualdad cívica. Este análisis reveló que la representación del cuerpo permea cuestiones culturales que cambian según las organizaciones sociales y los intereses políticos y religiosos. Por lo tanto, abordar los movimientos feministas en el contexto escolar brinda oportunidades de protagonismo y autonomía al alumnado, desarrollando su ciudadanía en la sociedad actual.

**Palabras clave:** Femenino. Feminismo. Protagonismo.

## 1 INTRODUÇÃO

O objetivo deste artigo é apresentar uma reflexão sobre os conceitos de feminino e de feminismo, ancorado em estudos bibliográficos sobre a temática, que retratam o percurso da representação do corpo feminino e da simbologia da figura feminina, desde as artes, as cosmologias religiosas e o desenvolvimento do pensamento social, ao longo dos séculos, às discursividades científicas da Idade Moderna e à mobilização das mulheres, que culminaram com a ascensão da luta social e teoria feministas no século XX, e que se estendem nas sociedades contemporâneas do século XXI.

O artigo está estruturado em cinco partes: a introdução, sobre a construção do feminino e o feminismo; o referencial teórico, que discute os principais estudos sobre gênero e corpo feminino; os procedimentos metodológicos; os resultados e discussão; e, por fim, as considerações finais, que sintetizam as conclusões do estudo.

Os estudos de Emily Martin (1992) e Thomas Laqueur (1990) elucidam a construção da percepção do gênero feminino e do corpo feminino, bem como as intervenções sociais e culturais que os atravessam. Martin (1992) propõe uma análise do corpo fundamentada nos conceitos da ginecologia e da obstetrícia, enquanto Laqueur (1990) apresenta o percurso histórico de como se elaborou a distinção entre os sexos e sua concepção contemporânea. O corpo feminino, situado entre os campos da antropologia e da história, torna-se, assim, um objeto de múltiplas interpretações e disputas, revelando diferenças, tensões e possibilidades analíticas.

Do ponto de vista do conhecimento científico sobre a anatomia dos corpos, perdurou até o final do século XVIII o modelo unissex, no qual não havia diferenças entre o masculino e o feminino, acreditando-se que os corpos eram iguais, apenas com localizações de genitálias em locais diferentes, afirmando a localização da genitália feminina no interior do corpo. Os estudos anatômicos realizados em esqueletos descreveram que havia menor capacidade intelectual no cérebro do corpo da mulher por possuir um tamanho menor, em comparação com o cérebro do corpo do homem. A divisão dos corpos em sexos opostos surge apenas no final do século XVIII a partir das descobertas biológicas, porém ainda perpetuava-se a ideia de que a mulher possuía menos capacidade mental, intelectual, e consequentemente era considerada incapaz de participar da política, governo, ciência e educação. Assim sendo, essas teorias apenas ratificaram os interesses da burguesia iluminista europeia, com intuítos heteronormativos, eurocêntricos e patriarcais. (FAUR, 2003)

Avançando para os estudos das ciências naturais no século XIX, as teorias sobre o instinto sexual segrega a sexualidade humana em heterossexualidade e homossexualidade, determinando a primeira como normal e saudável e a segunda como patologia. Ao final do século XIX até o início do

século XX a divisão binária dos sexos se consolidou e a exclusão e opressão à mulher continua em crescente expansão, ratificando na sociedade contemporânea misoginia, agressões e assédio sexual ao feminino, ancorada em preceitos patriarcais de soberania masculina que se perpetuam por décadas relegando ao feminino uma posição inferior e marginal. Foucault (1986) destaca que o termo sexualidade surgiu somente no século XIX, sendo assim, essa nomenclatura começa a ser utilizada nas sociedades modernas. (FOUCAULT, 2025)

Através de descobertas antropológicas, arqueológicas e históricas, pesquisadores documentam que em diversas culturas antigas de inúmeros territórios do mundo encontram-se representações da figura feminina destacando-a como fundamental para a vida humana e também espiritual. Nas culturas orientais, nórdicas, africanas e indígenas, a relação do ciclo menstrual feminino com o ciclos da natureza e do satélite natural da Terra, a Lua, simbolizava uma estreita relação do feminino como uma energia nutridora e criativa, que completaria o princípio masculino criador e fertilizador. No TAO, temos os símbolos do *Yin* e do *Yang*: em que a energia Yin refere-se ao lado esquerdo da esfera, na cor preta e representa: escuridão, passivo, molhado, frio, noite, matéria, água e feminino; enquanto Yang refere-se ao lado direito da esfera, na cor branca, representa: luz, ativo, seco, quente, dia, energia, fogo e masculino. Portanto, opostos complementares num ciclo de luz e sombras, dia e noite, claro e escuro, não havendo distinção entre maior importância entre os lados.

Enquanto o taoísmo propunha o equilíbrio de polaridades, os estudos anatômicos no mundo ocidental, que perduraram por séculos, entendiam o corpo feminino como um corpo masculino invertido, conforme Laqueur (1989); posteriormente a mulher passou a ser reconhecida como complementar ao masculino ainda sem uma posição ou local próprio e singular de indivíduo, pois, segundo Parker (1991), o mundo do trabalho e social pertencia ao masculino e a vida doméstica e familiar ao feminino; a função procriadora, maternal e cuidadora do lar e da família colaborou para a exclusão da mulher na vida pública, relegando-a ao mundo privado. Nas artes visuais, Mary Cassatt (1843-1926), artista impressionista, retrata as mulheres em seu mundo doméstico, com semblante consternado e aéreo.

Buscando a construção e elucidação dos termos em questão, encontramos um processo constituído através de lutas e estudos, bem como afirma a cientista política Jussara Reis Prá (1997, p. 43), ao se referir ao termo feminismo “trata-se, na verdade, de um termo extremamente flexível, uma vez que compreende todo um processo de transformação”. Assim sendo, para discutir a construção dos termos feminino e feminismo, do reconhecimento do corpo feminino como distinto ao corpo masculino em termos biopsicossociais é preciso compreender as relações que homens e mulheres estabelecem no cotidiano do espaço familiar, escolar e nas relações sociais e laborais, onde se

reproduzem os papéis sociais de gênero com padrões patriarcais. Devido à diversidade de posicionamentos, muitas autoras não se utilizam mais do termo feminismo no singular, mas no plural: feminismos (Cf. Costa e Sardenberg, 1994; Alvarez, 1998 e 2000; Castro, 2000; Rodrigues, 2002; Swain, 2003; Rago, 2006; Soihet, 2006, entre tantas outras pesquisadoras da temática). A classificação e a nomenclatura não são o foco das pesquisas, mas são relevantes devido à necessidade do reconhecimento da valorização do feminino e do feminismo como movimento e como campo de estudo científico. Neste estudo, optou-se pelo uso do termo feminismo no singular.

Este artigo apresenta uma revisão de literatura sobre o feminismo, buscando compreender sua trajetória histórica, principais correntes teóricas e implicações sociais. A partir da análise de diferentes autoras e perspectivas, o estudo discute os avanços conquistados pelos movimentos feministas, bem como os desafios ainda presentes na luta pela igualdade de gênero. O objetivo é oferecer uma visão ampla e crítica do tema, destacando sua relevância no campo acadêmico e na transformação das relações sociais contemporâneas.

## **2 REFERENCIAL TEÓRICO**

O estudo está fundamentado em ideias e em pressupostos teóricos que apresentam significativa importância na definição e na construção dos conceitos. Buscando-se conhecer e contextualizar os conceitos de “feminino” e de “feminismo”, sendo apresentado os referenciais teóricos que subsidiaram as investigações e a evolução das pesquisas sobre a mulher e o corpo feminino.

Em um primeiro momento, se apresenta a legislação direcionada aos direitos das mulheres, bem como as políticas públicas direcionadas para a efetivação dos direitos das mulheres, incluindo redes e serviços que oferecem auxílio e orientação. Seguido dos contextos histórico, social, político e artístico e a militância do movimento feminista.

A década de 1980, no Brasil, é paradigmática para a luta feminista. A mobilização das mulheres contra os crimes baseados em preconceito de gênero, cujos agressores eram absolvidos sob a alegação de defesa da honra, possibilitou a formulação das primeiras legislações de apoio às mulheres vítimas de violência, bem como os primeiros serviços de atendimento às mulheres, como as delegacias especializadas. As primeiras delegacias surgem no início dos anos de 1980 e são fruto da mobilização das mulheres durante o processo Constituinte, que antecedeu a Constituição de 1988, cujo texto incorporou muitas reivindicações da luta feminista. Nos anos de 1990 surgem as primeiras Casas especializadas para o atendimento às mulheres em situação de violência - os abrigos; ainda nos anos de 1990, criaram-se as coordenadorias, assessorias e secretarias específicas para as mulheres,

especialmente nos governos dos partidos de esquerda, em níveis municipais e estaduais, chegando ao século XXI com o advento de secretaria de políticas públicas para as mulheres em nível nacional.

A Lei n. 11.340/2006, conhecida como Lei Maria da Penha, criou mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher e estabeleceu medidas de assistência e proteção. Ainda nos anos 2000, algumas outras Leis vieram se somar, na tentativa de inibir os crimes contra as mulheres. Entre essas, tem-se:

A Lei Carolina Dieckmann (12.737/2012): torna crime a invasão de aparelhos eletrônicos para obtenção de dados particulares.

Lei do Minuto Seguinte (12.845/2013): oferece garantias às vítimas de violência sexual, bem como atendimento imediato pelo SUS (amparo médico, psicológico e social, incluindo exames preventivos e informações sobre seus direitos).

Lei Joana Maranhão (12.650/2015): altera os prazos quanto à prescrição de crimes de abusos sexuais contra crianças e adolescentes. A prescrição agora tem prazo até e após a vítima completar 18 anos. O prazo para denúncia aumentou para 20 anos.

Lei do Feminicídio (13.104/2015): qualifica como crime de feminicídio toda e qualquer circunstância qualificadora do crime de homicídio, ou seja, quando a ação for praticada contra a mulher por razões de pertencer ao sexo feminino.

### **3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

O percurso metodológico está debruçado sobre as referências a respeito do feminino e do feminismo e são fundamentadas em Aguiar (1997) e Gil (1999).

Conforme GIL (1999, p.42), a pesquisa tem um caráter pragmático. É um “processo formal e sistemático de desenvolvimento do método científico. O objetivo fundamental da pesquisa é descobrir respostas para problemas mediante o emprego de procedimentos científicos”.

O estudo deste trabalho está fundamentado em ideias e pressupostos teóricos que apresentam significativa importância na definição e na construção dos conceitos discutidos nesta análise: feminino e feminismo. Sendo assim, os objetos estudados são de fontes secundárias como trabalhos acadêmicos, artigos e livros. Segundo Aguiar:

Seria o feminismo uma ideologia política ou uma perspectiva crítica do conhecimento que, superando os preconceitos de gênero nas relações sociais, teria um lugar importante na revisão de ciências que omitem as mulheres. Nesta situação, isto é, enquanto ideologia, estaria o feminismo divorciado do conhecimento científico? Por outro lado, enquanto crítica do pensamento excludente, não seria esta mesma perspectiva uma contribuição à análise das ideologias, possibilitando um distanciamento dos preconceitos e, portanto, um aprimoramento das práticas científicas? Subjacente a essas perguntas encontra-se uma outra: vencida a etapa

de politização nas universidades, haveria lugar para o feminismo na formação em nível superior? Seria esta uma nova forma de militância política semelhante à do passado? Ou um arranjo derivado de condições fragmentárias correntes no processo de participação política? (AGUIAR, 1997, p.7))

Apresenta-se neste trabalho uma análise sobre o tema enquanto uma expressão sociocultural da sociedade que sustenta práticas sociais excludentes e discriminatórias, por isso, para além do debate teórico sobre feminino e feminismo, busca-se demonstrar a legislação e os mecanismos para proteção à vida de mulheres que sofrem agressões no Brasil, destacando a atuação dos movimentos feministas como veículos de autonomia e de protagonismo.

#### **4 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

A representação da figura masculina como dominante e superior ao feminino tem suas raízes em culturas e matrizes religiosas tanto orientais quanto ocidentais de aproximadamente 5.000 mil anos (contagem a partir do calendário judaico), sendo que as inúmeras descobertas antropológicas, arqueológicas e históricas sobre a existência da representação do sagrado feminino datam de aproximadamente 3.500, representando um longo período onde as divindades eram representadas como femininas.(FAUR, 2003).

Do período paleolítico (2.5 milhões - 10.000 a.C.), foram encontradas representações da figura feminina em pinturas rupestres (dançando, trabalhando e convivendo) e estatuetas (corpos com quadris largos, seios fartos e ventres proeminentes) que, segundo Faur (2003), durante muito tempo, foram considerados - pelos cientistas e pesquisadores homens - como simples “objetos para ritos de fertilidade ou brinquedos eróticos” dos machos primitivos.(FAUR, 2003).

As escavações realizadas na segunda metade do século XX (e algumas seguem sendo realizadas no século XXI) encontraram figuras e símbolos femininos: vulvas, seios e úteros; assim como foram encontradas figuras e símbolos masculinos: falos e chifres. Em muitas escavações, fósseis de cadáveres são encontrados em posição fetal circundados por símbolos femininos e, ao redor desses, os símbolos masculinos. A representação da vida como sagrada e o retorno ao ventre da Terra como um retorno à matriz criadora conectam as religiões primitivas reconhecendo a Terra como uma divindade sagrada e feminina, não havendo separação ou detrimento entre masculino e feminino, mas sim uma completude. Vestígios bélicos, armas ou representações de embates entre grupos não aparecem registrados nos desenhos parietais, demonstrando uma forma de sociedade mais colaborativa do que competitiva (FAUR, 2003). No Brasil, o estudo de Navarro (2022) sobre estatuetas femininas em sítios arqueológicos palafíticos do Maranhão oferece importantes insights sobre a representação do corpo feminino na pré-história brasileira. A pesquisa detalha os métodos de fabricação, os contextos de



escavação e os significados culturais atribuídos a essas figuras, evidenciando como as comunidades pré-históricas utilizavam tais estatuetas para expressar simbolismos relacionados à fertilidade, identidade e poder social.(NAVARRO, 2022).

No final da Era Glacial, no período neolítico (10 mil a 5 mil a.C.), o aumento do calor proporcionou a troca da coleta de raízes pelo plantio, a vida nômade por construção de habitações bem como a domesticação de animais. Com confecção de ferramentas, a agricultura passa a ser dominada pelos homens, enquanto a colheita e o cuidado com a prole seguem como tarefas femininas. Nas tarefas femininas foram desenvolvidas também cerâmica, fiação, tecelagem e conseqüentemente e futuramente a escrita. As descobertas arqueológicas desse período elucidam detalhes sobre crenças, religiosidade e o feminino:

As fantásticas descobertas na Anatólia ( as cidades de Catal Huyuk e Hacilar), da Índia (os sítios de Harappa e Mohenjo), as escavações na Síria, o templo de Jericó, e os achados dos Balcãs (Romênia, Bulgária, antiga Iugoslávia), os templos e as metrópoles de Malta, os palácios minóicos de Creta, as câmaras subterrâneas e os círculos de menires dos países celtas revelam culturas avançadas, centradas em cultos de adoração à Deusa cada vez mais rebuscado. Além da continuidade das práticas de sepultamento do paleolítico, aparece um sistema complexo de simbolismo feminino, expresso em inúmeras e diversas estatuetas da Deusa em terracota, pinturas em murais, entalhes couro, cerâmica e tecelagem [...] A linhagem humana era matrilinear ( por ser a Deusa a Fonte Suprema), os filhos recebiam o nome da mãe (nem sempre o pai era conhecido, a concepção sendo um ato sagrado celebrado nos rituais de fertilidade) e os homens passavam a fazer parte da tribo nativa das mulheres, que continuavam próximas a sua mãe. Esse sistema matrifocal e matrilinear não representava um sistema matriarcal, ou seja, o modelo de domínio de um sexo sobre o outro, assim como aconteceu no patriarcado que se seguiu. (FAUR, 2003, p. 22)

O ciclo menstrual, o mistério da vida e da morte pelo sangue, vivenciados pelas mulheres e incompreendidos pelos homens colaboraram para o enaltecimento da sacralidade feminina. Afinal, o corpo da fêmea sangrava a cada ciclo completo da Lua no céu e, mesmo assim, ela não perecia e morria, diferentemente da ferida no corpo de um caçador; do seu corpo nascia um novo ser e era alimentado pelo corpo da fêmea. Posto isso, ela era divina e detinha poder. A participação do masculino na origem de uma nova vida não era compreendida. Conforme Farrar:

Nas sociedades primitivas, conhecidas pela história, o papel do macho na procriação não era reconhecido.O coito e a gravidez se iniciavam na puberdade, e não havia nenhuma razão evidente para crer que o ato sexual fosse considerado a causa da concepção. (FARRAR, 2018, p. 22)

A partir do ano 5.000 a.C., com inúmeras intempéries e catástrofes naturais e com invasões dos povos bárbaros, houve uma ruptura com as estruturas das sociedades primitivas matrilineares e



pacíficas. O embate entre tribos nômades e comunidades agropastoris culminou em uma mudança social: pilhagens, estupros, escravidão e posse de terras:

A organização da sociedade passou de matrilinear para patrilinear, apareceram a estratificação social, as fortificações, os heróis armados, a distribuição de riqueza pela força e a superioridade absoluta do masculino. As mulheres passaram a ser troféus de guerra, simples posses masculinas, usadas para o prazer ou para procriação, sacrificadas nos trabalhos pesado ou transformadas em oferendas para acompanhar seus “donos” no além-túmulo ( a prática atroz continuou até o século XX na Índia, com a imolação das viúvas. (FAUR, 2003, p. 26)

A tomada de consciência da participação do masculino também colabora para a diminuição do poder feminino e o aumento do poder masculino nas sociedades primitivas:

Com a descoberta do papel na procriação, ignorado até então e revelado pela criação de animais domésticos, houve uma mudança na mentalidade e na postura masculina. O antigo respeito masculino pela totalidade da criação, o temor e a reverência que sentiam diante do ato de dar a vida, a veneração da Deusa Mãe e a parceria com a mulher foram substituídos pelo orgulho de serem cocriadores, pelo poder, pela autoridade e pela dominação do mais forte. [...] Os homens se tornaram cada vez mais conscientes e orgulhosos do seu poder de lutar, vencer, conquistar e passaram a competir [...]O surgimento de armas cada vez mais potentes preparou o caminho para ascensão de uma casta de guerreiros e, assim, as pacíficas comunidades neolíticas foram adquirindo características patriarcais e belicosas, típicas da Idade de Ferro. (FAUR, 2011, p. 31).

O feminino foi sendo aos poucos subjugado e substituído. Muitos mitos foram contados e modificados ao longo das narrativas orais e posteriormente reescritos como, por exemplo, o nascimento de Athena que chegou a nosso conhecimento como “aquela que nasceu da cabeça de Zeus” e não da deusa pré-helênica Metis. Eliade elucida sobre o poder do mito na transformação social:

A principal função do mito consiste em revelar os modelos exemplares de todos os ritos e atividades humanas significativas: tanto da alimentação ou o casamento, quanto o trabalho, a educação, a arte ou a sabedoria. Essa concepção não é destituída de importância para a compreensão do homem das sociedades arcaicas e tradicionais. (ELIADE, 1989, p. 13)

Atenas, cidade considerada uma das principais *pólis* da Grécia Antiga, reconhecida como o berço da democracia, sistema político que surgiu no século VI a.C., foi apadrinhada pela deusa Athena. Logo, essa não poderia ter um nascimento ventral mas sim masculino a partir da mente e da cabeça masculina de Zeus, deus supremo do Olimpo, ratificando o poder patriarcal pungente em ascensão nas sociedades orientais e ocidentais. Em tempo, ressalta-se que na Grécia Antiga nascer mulher era nascer para o trabalho, para ofício manual e para a procriação; o mundo intelectual, político e bélico era um esfera exclusivamente masculina. Reade (2018) analisa como as representações visuais da violência,

especialmente nos relevos dos palácios assírios, eram utilizadas como instrumentos de propaganda e controle social.

Em meados do ano 200 a.C., a biblioteca de Alexandria é queimada. A filósofa Hipátia é torturada e morta. Nesse período praticamente todas as imagens ligadas a um divino feminino haviam sido destruídas ou estavam desaparecidas. O feminino era perigoso e maléfico, o pecado original era descrito no Gênesis da Bíblia católica como culpa de Eva, resultando na expulsão do paraíso.

O movimento trovadoresco francês, no século XII, busca uma revalorização do feminino a partir de um romantismo expresso pelo amor cortês e gentilezas masculinas. Os poetas da época enaltecem a figura da Virgem Maria em suas canções e poemas. Em resposta a essa pretensa importância ao feminino, a Igreja Católica inicia um processo de controle e de eliminação do feminino. O processo teve colaboração dos médicos que, temendo a pretensa concorrência das mulheres que tinham o ofício de parteiras, curandeiras e rezadeiras, apoiaram amplamente as ações da Igreja. De acordo com Anchieta:

A feiticeira aos poucos se torna a bruxa na Europa. Da aceitação à condenação social: uma passagem que altera gradualmente o peso do olhar e da tolerância às práticas tidas como mágicas. Parteiras, benzedeiras, curandeiras eram as personagens sociais comuns no meio rural, durante os séculos XIV, XV e XVI (e continuam sendo até hoje). No entanto, suas práticas e o poder e o respeito adquiridos em suas comunidades tornam-se um entrave ao monopólio do exercício religioso da Igreja católica e uma afronta à exclusividade masculina na mediação com o divino. (ANCHIETA, 2021, p. 29)

A demonização da feiticeira também nos remete ao mito eslavo de Baba Yaga (pronunciado: bah-bye'yegg-ah), no qual a bruxa é uma curandeira social que, segundo Estês,

Baba Yaga é a mulher selvagem sob o disfarce da bruxa. À semelhança do termo *selvagem*, o termo *bruxa* veio ser compreendido como um pejorativo, mais antigamente ele era uma designação dada as benzedeiras tanto jovens quanto velhas, sendo que a palavra *witch* (bruxa, em inglês) deriva do termo *wit*, que significa sábio. (ESTÊS, 1994, p. 122)

O termo bruxa foi utilizado pejorativamente durante a Idade Média no período histórico que vai do século V ao XV. O teocentrismo vigente permitiu inúmeras ações civis, militares e também religiosas de controle, de manipulação e de extermínio. A “*caça às bruxas*” ficou conhecida como expressão para designar e contextualizar historicamente a perseguição ocorrida em qualquer era às mulheres que “supostamente possuíam poderes sobrenaturais”.(ANCHIETA, 2021).

Ao longo de quatro séculos, a Igreja Católica Romana organizou e incentivou a perseguição contra mulheres, utilizando como argumento tanto questões sociais, políticas ou religiosas, incluindo

curandeiras, benzedoras de classe social popular bem como também de viúvas ou mulheres com posses herdadas de cônjuges.(ANCHIETA, 2021)

O Tribunal do Santo Ofício, conhecido popularmente como Inquisição, perseguiu, julgou, condenou, puniu e executou durante todo o século XIII. No ano de 1484, uma bula oficial foi emitida decretando a condenação da prática da feitiçaria: o *Summis desiderantes affectibus* que também apoiava as ações necessárias para livrar a cristandade dos praticantes de bruxaria, considerados pagãos e hereges. Na mesma época, é publicado o *Malleus Maleficarum* - “O Martelo das Feiticeiras” -, tendo autoria de dois inquisidores: Jakob Sprenger e Heinrich Kramer. (KRAMER e SPRENGER, 2020).

Considerado um manual de regras de caça às bruxas para “diagnosticar” mulheres que sabiam usar ervas, curar doenças com seus conhecimentos, parteiras, ciganas, volvas, xamãs, todas eram uma bruxa em potencial. Alguns argumentos do livro beiram a insanidade: ter manchas no corpo, falar alto, sentir desejo ou qualquer sinal de luxúria era visto como possessão demoníaca, além de ter animais por perto (gatos e bodes, principalmente). Estimam-se que aproximadamente nove milhões de pessoas foram acusadas, julgadas e mortas nesse período, em que mais de 80% eram mulheres, incluindo crianças.(ANCHIETA, 2021)

Os acusados pertenciam a todas as classes sociais, porém as camadas baixas, principalmente mulheres pobres e mais vulneráveis, incluindo mães solteiras e viúvas que tentavam sobreviver produzindo remédios de ervas ou atuando em atendimento médico, sendo muitas vezes a única possibilidade existente em suas comunidades. Elas auxiliavam muitas vezes em regime de escambo (trocas) e os camponeses conseguiam pagar com produtos da sua horta ou oficina. (FAUR, 2003)

A Idade Média passava por crises epidêmicas e políticas, as mudanças sociais latentes precisavam de campanhas para dominar a população, gerando histeria e pânico. Acontecimentos trágicos, intempéries da natureza, mortes e doenças, pragas e colheitas falhas, esterilidade feminina e impotência masculina na comunidade eram motivos para acusar a curandeira local de bruxaria. A aparência também era utilizada como uma prova condenatória: aparência considerada desagradável, uma deficiência física, deformidades, ou ainda idade avançada, ou então muito bela (despertando desejos não correspondidos em homens do clero e da corte) faziam com que as mulheres fossem denunciadas pela prática da bruxaria e por manter um pacto com o demônio. (ANCHIETA, 2021)

A Inquisição se inicia na Europa, em 1450, tanto pela Igreja Católica como pela Protestante e até pelo próprio Estado, tendo um significado religioso, político e sexual. Chegou ao fim somente por volta de 1750 com a ascensão do Iluminismo e do Renascimento.

Ao se buscar uma definição do termo “bruxa” em dicionários, logo pode-se perceber a direta vinculação com uma figura maléfica, feia e perigosa. Os costumes pagãos das sociedades pré-cristãs passaram a ser considerados uma ameaça. Mulheres usando seus conhecimentos para a cura de doenças e de epidemias ocorridas em seus povoados acabaram por despertar a ira da instituição médica masculina em ascensão que visualizava na Inquisição uma oportunidade de eliminar as suas concorrentes econômicas, aliando-se ao movimento. Muitos povoados sobreviveram ao surto de peste bubônica por meio de conhecimentos de hábitos de banhos de ervas e de remédios caseiros feitos pelas curandeiras.(FAUR, 2003)

A camponesa Joana D’Arc que, aos 17 anos, em 1429, comandou o exército francês lutando contra a ocupação inglesa foi julgada como feiticeira e herege pela Inquisição e queimada na fogueira antes de completar 20 anos. Caterina Sforza, após ficar viúva de Girolamo, duque de Milão, busca assumir o comando das operações militares. Porém, ao ser derrotada, é presa, violentada e conduzida a cumprir seu cárcere em Roma. Somente duas mulheres foram exceções ao fim trágico: Catarina de Médicis, viúva de Henrique II, rei da França e Elisabeth Tudor, rainha da Inglaterra, mas, a última, não ficou ilesa de condenações verbais e críticas. A escolha por não se casar resultou em especulações sobre sua sexualidade.

Diante disso, configurava-se a clara intenção da classe dominante em conter um avanço da atuação dessas mulheres e em acabar com seu poder na sociedade a tal ponto que se utilizavam meios de simplesmente exterminá-las. O feminino precisava ser inofensivo. Tem-se o feminino ideal na espiritualidade da Igreja Católica na figura da Virgem Maria. Segundo Anchieta:

De virgem a carnal. A história social da imagem de Maria é a história de uma visualidade capaz de assumir mil formas, mantendo um equilíbrio delicado entre o natural e o sobrenatural. Ao contrário das bruxas e tupinambás canibais diabólicas e sobrenaturais, a imagem de Maria passa por um processo de humanização. Mas até certo limite, e um limite inegociável: sua sexualidade ou ausência dela. [...] Capaz de descer ao inferno para resgatar fiéis, sua imagem atendia as aflições da consciência dos usurários e das pessoas em tempos de Peste Negra. [...] Nesse momento, a representação de Maria aleitando dá a forma ideal a essa mudança. (ANCHIETA, 2020, p. 27)

Enquanto a Virgem Maria é santificada, sobre Maria Madalena recaem todos os estereótipos sociais: prostituta, adúltera e indigna, mas sua imagem também oportunamente serviu para um processo sobre a “renovação da fé cristã”:

Maria Madalena arrependida. Uma mulher que, contrariamente à imagem da Virgem Maria, tinha em sua vida maculada o caminho da salvação. Representava uma nova fase da Igreja romana e uma mudança de mentalidade da sociedade. [...] Ela representou simultaneamente uma afirmação e uma negação da condição humana. [...] Não sem propósito, é a prostituta que

toma o lugar central ao pé da cruz, antes ocupado por São Francisco de Assis e São Domingos.[...] A imagem da pecadora arrependida inaugura, assim, uma nova pedagogia da salvação.(ANCHIETA, 2020, p. 107)

Com o advento do Renascimento e do Iluminismo, houve mudanças e avanços, mas, para as mulheres, não completamente. Elas perderam espaço nas atividades econômicas e sociais, realizando trabalhos com menor estudo e qualificação. O Renascimento distingue os trabalhos artesanais das demais linguagens artísticas que passam a ser ensinadas em academias e em escolas de Belas Artes remodelando a arte e a profissão de artista.

Muitas artistas renascentistas foram silenciadas e relegadas à posição de aprendiz, dama de companhia ou amante. Poucas chegaram a ser estudadas com publicações de suas biografias. Elucidando essa reflexão, citam-se três artistas mulheres, duas renascentistas e uma barroca: Sofonisba Anguissola, Lavinia Fontana e Artemisia Gentileschi. (HESSEL, 2024).

Sofonisba Anguissola era filha de Almicare Anguissola (nobre que buscou proporcionar estudos englobando arte, latim, literatura e música para todos os seus sete filhos). As obras da artista possuem uma atenção aos detalhes e às expressões individuais de cada modelo retratado na pintura. Lavinia Fontana, filha do pintor bolonhense Prospero Fontana, estudou com o pai o Classicismo, Naturalismo e Maneirismo. Talentosa, retratou obras religiosas e históricas com texturas e detalhes meticulosos. Tornou-se a primeira artista mulher profissional a trabalhar na mesma esfera masculina fora de uma corte. (HESSEL, 2024).

Artemisia Gentileschi, filha primogênita de Orazio Gentileschi. No atelier do pai aprendeu a pintar. Seu estilo era naturalista, dramático e com contrastes cromáticos fortes. No entanto, não vivenciou experiências tão positivas. Sua história de abusos, de estupro e de isolamento foi o suficiente para que muitas de suas obras fossem vendidas e expostas como obras de autoria do pai. Artemisia passa a ser reconhecida posteriormente, somente a partir de 1970, num movimento de resgate das pintoras a partir da luta pelos direitos das mulheres.

Voltando ao termo feminismo, anteriormente descrito como: *movimento de defesa da igualdade de direitos entre mulheres e homens. Movimento que combate a desigualdade de direitos entre mulheres e homens.* Movimento que tem suas origens no século XIX, quando ainda não havia igualdade de direitos básicos entre homens e mulheres, dentre eles: ler, escrever, remuneração justa, voto e planejamento da concepção. Em 1791, dois anos após a Revolução Francesa, Olímpia de Gouges escreveu a “Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã”. O documento não foi aceito e, em 3 de novembro de 1793, Olímpia foi executada na França, gerando revolta e fomentando movimentos pelo mundo todo.

As mudanças econômicas e sociais resultantes da Revolução Industrial impulsionou o ingresso das mulheres no mercado de trabalho industrial, porém sem os devidos direitos e condições salutaras de exercer seu ofício laboral. As condições insalubres, as longas jornadas de trabalho e os salários irrisórios geraram rebeliões e protestos. Cabe ressaltar que esses primeiros movimentos feministas incluíram mulheres proletárias e seguiram-se por ter adesão de mulheres brancas e de classe média, que também buscavam direitos jurídicos e políticos.

Em 1949, Simone de Beauvoir publica *O Segundo Sexo* e traz luz à condição do feminino e do feminismo. Conforme BEAUVOIR (1949):

“Se a função de fêmea não basta para definir o que a mulher [...] teremos que reformular a pergunta: O que é uma mulher?” [...] “A fêmea é fêmea em virtude de uma certa carência de qualidades”, diz Aristóteles. “Devemos considerar o caráter das mulheres como sofrendo de certa deficiência natural”. E Sto. Tomás, depois dele, decreta que a mulher é um homem incompleto, um ser “ocasional”. E o que simboliza a história do Gênesis em que Eva aparece como extraída, segundo Bossuet, de um “osso supranumerário” de Adão. A humanidade é masculina, e o homem define a mulher não em si mas relativamente a ele; ela não é considerada um ser autônomo. (BEAUVOIR, 1949, p. 10).

No Brasil, o movimento feminista inicia na fase do Brasil Império, a partir da luta pela oferta de educação para meninas. Foram os esforços de Nísia Floresta Augusta que iniciaram os movimentos em prol dos direitos das mulheres no país.

Durante o período do governo militar, os movimentos de luta contra a ditadura acabaram por unir grupos: mulheres, negros e homosssexuais. No Brasil, na década de 1970, inicia um período em que a academia passa a ser palco de militância e de produção teórica feminista e, em meados dos anos 1990, ocorre a expansão dos estudos de gênero.

No ano de 2006 é sancionada a Lei n. 11.340, conhecida como Lei Maria da Penha, e, em 2015, a Lei n. 13.104 define como feminicídio o homicídio contra mulheres. Esses foram dois marcos legais na história do feminismo no país, porém ainda é necessária a garantia de efetivação e de cumprimento das políticas públicas para todas as mulheres: cis, binárias, não-binárias, trans, negras, pardas e indígenas.

Durante a pesquisa foi possível constatar uma gama de redes e de serviços com o intuito de acolher, orientar, proteger e garantir a efetivação das leis e políticas públicas de proteção às mulheres.

Destacam-se as Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAM), as unidades especializadas da Polícia Civil e a Casa da Mulher Brasileira: trata-se de uma inovação no atendimento humanizado das mulheres, mas a iniciativa do governo federal ainda não está disponível em todas as capitais; Centro de Referência às Mulheres Vítimas de Violência: compõe uma rede de equipamentos de enfrentamento à violência contra mulher e oferece acolhimento e acompanhamento interdisciplinar



(social, psicológico, pedagógico e de orientação jurídica); Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher: órgão da Justiça Ordinária com competência cível e criminal para o processo, o julgamento e a execução das causas decorrentes da prática de violência doméstica e familiar contra a mulher; Serviço de Atendimento às Mulheres Vítimas de Violência Sexual (SAMVVIS): o serviço oferece acolhimento integral às vítimas de estupro completamente gratuito pelo SUS; Núcleos de Atendimento às Mulheres Vítimas de Violência (Defensorias Públicas estaduais): oferecem orientação jurídica, promoção dos direitos humanos e defesa dos direitos individuais e coletivos em todos os graus (judicial e extrajudicial) de forma integral e gratuita; e Núcleos de Atendimento às Mulheres Vítimas de Violência (Ministérios Públicos Estaduais): responsáveis por mover ação penal pública, solicitar investigações à Polícia Civil e demandar ao judiciário medidas protetivas de urgência, além de fiscalizar estabelecimentos públicos e privados de atendimento às vítimas.

Desde o início da pandemia de COVID-19, os Estados brasileiros passaram a desenvolver mecanismos remotos de atendimento às vítimas de violência doméstica e familiar. Com a redução dos serviços presenciais apontados acima, devido ao escalonamento de funcionário e às medidas de distanciamento, foram criados aplicativos de denúncia pelo WhatsApp para atendimento. As equipes estaduais de segurança pública organizaram patrulhas para atendimento e para fiscalização.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na escola, necessitamos de práticas educativas que fortaleçam o empoderamento feminino no processo de escolarização. As estudantes precisam conhecer a legislação vigente e saber como acionar redes e serviços de apoio, tornando-se cidadãs multiplicadoras de informações e capazes de gerenciar informações que possam através de ações concretas impulsionar sua autonomia. No Brasil ainda está presente a opressão e subordinação das mulheres, que se acentuam devido a grande desigualdade social que geram desemprego, fome, miséria, baixa escolaridade e violência. Toda e qualquer luta por direitos e políticas públicas para erradicação da desigualdades sociais deverá abarcar também as questões relacionadas ao racismo.

O empoderamento, a autonomia e o engajamento pelos direitos e pela garantia de políticas públicas precisam fazer parte da formação escolar das estudantes a fim de que compreendam as origens e os porquês do feminismo no século XXI. O acesso à educação, ao mundo do trabalho e a participação na vida política permitiu a emancipação das mulheres, amadurecendo os movimentos feministas no Brasil e em diversos países, promovendo um crescimento na visibilidade das mulheres e suas conquistas tanto em espaços públicos quanto em espaços privados. Atualmente a expressão *empoderamento feminino* tem como objetivo: conceder às meninas, às gurias e às mulheres o poder



de participação social, garantindo o direito de lutar por seus direitos e pela garantia de direitos adquiridos.

Conclui-se que a análise das construções sociais do corpo feminino e das concepções do feminismo é de significativa relevância acadêmica, pois permite compreender como as relações de gênero são historicamente construídas e culturalmente reproduzidas. Este estudo contribui para o avanço das discussões teóricas e metodológicas na área de estudos de gênero, oferecendo subsídios para futuras pesquisas e reflexões críticas sobre as desigualdades e dinâmicas sociais relacionadas ao feminino.

## REFERÊNCIAS

- AGUIAR, N. (1997). Perspectivas feministas e conceito de patriarcado na sociologia clássica e no pensamento sociopolítico brasileiro. Em N. Aguiar (Org.), *Gênero e ciências humanas: desafio às ciências desde a perspectiva das mulheres* (pp.161-191). Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos
- ANCHIETA, Isabelle. *Imagens da Mulher no Ocidente – Bruxas e Tupinambás Canibais*. Volume 1. 2ª edição. São Paulo: Edusp; 2021.
- ANCHIETA, Isabelle. *Imagens da Mulher no Ocidente – Stars de Hollywood*. Volume 3. 1ª edição. São Paulo: Edusp; 2019.
- ANCHIETA, Isabelle. *Imagens da Mulher no Ocidente – Maria e Maria Madalena*. Volume 2. 1ª edição. São Paulo: Edusp; 2019.
- BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo*. Tradução de Sérgio Milliet. Rio de Janeiro, Nova Fronteira. 1980.
- FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade*, São Paulo, Paz & Terra, 2025.
- GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- GONZALES, Lélia. *Por um feminismo afro-latino-americano*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.
- HESSEL, Katy. *A história da arte sem os homens*. Tradução de Marina Vargas. São Paulo: Rosa dos Tempos, 2024.
- NAVARRO, A. G.. (2022). Modos de fabricar o corpo nas estearias: estudo arqueológico das estatuetas dos povos palafíticos do Maranhão. *Boletim Do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, 17(1), e20210005. <https://doi.org/10.1590/2178-2547-BGOELDI-2021-0005>
- PINTO, Celi Regina Jardim. *Movimentos Sociais: espaços privilegiados da mulher enquanto sujeito político*. In: COSTA, Albertina Oliveira e BRUSCHINI, Cristina (org.). *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro/São Paulo: Rosa dos Tempos/Fundação Carlos Chagas, 1992.
- PRÁ, Jussara Reis. *O feminismo como teoria e como prática política*. In: STREY, Marlene Neves. *Mulher: Estudos de Gênero*. São Leopoldo: Unisinos, p. 39-57, 1997. PRÁ, Jussara Reis e CARVALHO, Marie Jane. *Feminismos, políticas de gênero e novas institucionalidades*. Labrys Estudos Feministas, Brasília, jan./jul. 2004.
- PERROT, Michelle. *Minha história das Mulheres*. São Paulo: Contexto, 2007.
- REDE, M.. (2018). Imagem da violência e violência da imagem: Guerra e ritual na Assíria (séculos IX-VII a.C.). *Varia Historia*, 34(64), 81–121. <https://doi.org/10.1590/0104-87752018000100004>
- RIBEIRO, Djamila. *Quem tem medo do feminismo negro?* São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. *A Mulher na Sociedade de Classes: Mito e Realidade*. Petrópolis: Vozes, 2a ed., 1976 (1 a ed. São Paulo: Livraria Quatro Artes, 1969).